

## RESOLUÇÃO ARPE Nº 292, DE 25 DE ABRIL DE 2025

*Estabelece a normatização, por meio de critérios e procedimentos, para aplicação da Tarifa Social Pernambucana pelos prestadores de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário regulados pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE.*

A DIRETORIA COLEGIADA DA **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE**, com fundamento na Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003 e alterações, em especial, o inciso XIV do art. 4º, que indica a competência da ARPE, regulamentada pelo Decreto nº 30.200, de 09 de fevereiro de 2007;

**CONSIDERANDO** as diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional, estabelecidas pela Lei Federal nº 14.898, de 13 de junho de 2024;

**CONSIDERANDO** as diretrizes nacionais relativas aos aspectos econômicos da prestação dos serviços de saneamento básico, estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e alterações;

**CONSIDERANDO** o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 18.843, de 10 de março de 2025, que institui o Cadastro Estadual de Famílias de Baixa Renda e Vulnerabilidade Socioeconômica, no âmbito do Estado de Pernambuco;

**CONSIDERANDO** a Resolução ARPE nº 083, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos de fiscalização, autuação e aplicação de penalidades aos prestadores de serviços públicos delegados no Estado de Pernambuco e aos serviços públicos fiscalizados pela ARPE mediante delegação;

**CONSIDERANDO** a Resolução ARPE nº 289, de 26 de março de 2025, que cria e fixa tarifas de nova categoria de usuários "Tarifa Social Pernambucana" e dá outras providências;

## RESOLVE:

**Art. 1º** Estabelecer a normatização, por meio de critérios e procedimentos, para aplicação da **Tarifa Social Pernambucana** pelos prestadores de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário regulados pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.

### CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

**Art. 2º** Para os efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

**I - Benefício de Prestação Continuada (BPC):** garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, conforme Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

**II - Cadastro Estadual de Famílias de Baixa Renda e Vulnerabilidade Socioeconômica:** cadastro instituído pela Lei Estadual nº 18.843/2025 com a finalidade de promover a inserção das pessoas cadastradas em programas sociais e econômicos no âmbito do Estado de Pernambuco;

**III - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico):** instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional;

**IV - categoria Residencial:** categoria tarifária a ser aplicada para as economias residenciais;

**V - Categoria Tarifa Social Pernambucana:** categoria tarifária a ser aplicada ao usuário que pertença a grupo familiar de baixa renda e atenda aos critérios desta Resolução;

**VI - economia residencial:** moradia ou apartamento existente em uma determinada edificação, que seja atendida pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

**VII - grupo familiar:** conjunto de pessoas que moram na mesma economia residencial, que mantêm vínculos de parentesco ou convivência, e que contribuem para o rendimento ou têm suas despesas atendidas pela unidade familiar;

**VIII - Habitacional Popular Faixa 1:** imóveis de padrão básico construídos sob critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) do Governo Federal, destinados a famílias de baixa renda com o objetivo de proporcionar moradia própria e digna, tanto às populações urbanas, quanto rurais, nos termos da Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023;

**IX - prestador de serviços:** entidade pública ou privada responsável, por outorga ou delegação do titular, pela prestação do serviço público de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, ou ainda, associação comunitária de usuários reconhecida pelo titular como responsável pela autogestão dos mencionados serviços públicos;

**X - renda familiar per capita:** razão entre a renda familiar mensal, calculada a partir da soma da renda individual dos integrantes familiares, e o total de indivíduos

da família; e

**XI - usuário:** pessoa física que utiliza os serviços de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, regidos por contrato de adesão, e assume a responsabilidade pelo pagamento das faturas e pelas demais obrigações fixadas em normas legais, regulamentares ou contratuais.

## **CAPÍTULO II - DO BENEFÍCIO**

**Art. 3º** A Tarifa Social Pernambucana caracteriza-se como benefício de redução das tarifas aplicáveis aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, concedido aos usuários que atenderem aos critérios do art. 4º desta Resolução.

**§ 1º** Será concedido desconto de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) sobre a tarifa aplicável à primeira faixa de consumo da categoria Residencial.

**§ 2º** O valor do desconto de que trata o § 1º deste artigo deve ser aplicado no mínimo aos primeiros 15 m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) por economia residencial beneficiada, podendo ser cobrada a tarifa regular da categoria Residencial sobre o excedente de consumo.

**§3º** A Tarifa Social Pernambucana a ser aplicada pelo prestador de serviços deverá ser homologada pela ARPE.

## **CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**

**Art. 4º** Serão elegíveis ao benefício da Tarifa Social Pernambucana os usuários residenciais que se enquadrem em uma das seguintes situações:

**I** - possuir renda per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo e pertencer à família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ou no sistema cadastral que venha a sucedê-lo;

**II** - possuir renda per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo e pertencer à família que tenha, entre seus membros, pessoa com deficiência ou pessoa idosa com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprove a falta de meios para prover sua própria manutenção, nem receba essa manutenção de sua família, e que seja beneficiária, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou benefício equivalente que venha a sucedê-lo; ou

**III** - ser usuário que reside em imóvel classificado como Habitacional Popular – faixa 1, conforme Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023 (Programa Minha Casa, Minha Vida) ou outro programa habitacional, municipal ou estadual.

**Parágrafo único.** Não poderão ser incluídos no cálculo da renda per capita do grupo familiar os valores recebidos do BPC, do Programa Bolsa Família e de qualquer outro benefício que venha a substituí-los.

**Art. 5º** O benefício da Categoria Tarifa Social Pernambucana será vinculado a 1 (uma) economia residencial por grupo familiar.

**Parágrafo único.** As economias residenciais classificadas na categoria Tarifa Social Pernambucana devem ser utilizadas para fins residenciais.

## CAPÍTULO IV - DA CONCESSÃO E DA PERDA DO BENEFÍCIO

**Art. 6º** O cadastramento e o recadastramento do usuário na categoria Tarifa Social Pernambucana deverão ser realizados pelo prestador de serviços, com base em informações obtidas no **Cadastro Estadual de Famílias de Baixa Renda e Vulnerabilidade Socioeconômica** e nos bancos de dados já utilizados pelo prestador.

**§1º** O usuário que satisfizer aos critérios de elegibilidade deverá ser incluído automaticamente pelo prestador do serviço na categoria Tarifa Social Pernambucana, sem necessidade de prévia comunicação.

**§2º** O usuário deverá manter seu cadastro no CadÚnico atualizado quanto ao CPF e município de residência, condições necessárias para a concessão e manutenção automática do benefício.

**Art. 7º** O usuário beneficiado que deixar de se enquadrar nos critérios de elegibilidade previstos no art. 4º desta Resolução terá direito de permanecer como beneficiário da Tarifa Social Pernambucana por 3 (três) meses.

**Parágrafo único.** Nas faturas referentes a esse período deverá constar aviso com a data da perda do benefício.

**Art. 8º** A economia residencial beneficiada com a Tarifa Social Pernambucana perderá o benefício quando o prestador do serviço, por meio de atendimento técnico qualificado, detectar e comprovar qualquer um dos seguintes atos irregulares:

**I** - intervenção nas instalações dos sistemas públicos de água e esgoto que possa afetar a eficiência dos serviços;

**II** - danificação proposital, inversão ou supressão dos equipamentos destinados ao serviço;

**III** - ligação clandestina de água e esgoto;

**IV** - compartilhamento ou interligação de instalações de beneficiários da Tarifa Social Pernambucana com outros imóveis não informados no cadastro; e

**V** - incoerências ou informações inverídicas no cadastro, ou em qualquer momento do processo de prestação do benefício.

**Parágrafo único.** Quando detectado qualquer um dos atos irregulares previstos nos incisos I a V do caput deste artigo, o prestador do serviço deverá notificar na fatura, por pelo menos 3 (três) meses, o usuário beneficiado com a descrição e a solicitação da regularização da condição da unidade antes de retirá-lo do banco de beneficiários da Tarifa Social Pernambucana.

**Art. 9º** Os usuários elegíveis que não forem identificados automaticamente deverão requerer o benefício da Tarifa Social Pernambucana nos canais de atendimento físicos ou virtuais do prestador de serviços, apresentando documento oficial de identificação do responsável familiar e um dos seguintes documentos:

**I** - comprovante de cadastramento no CadÚnico;

**II** - cartão de beneficiário do BPC; ou

**III** - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou outro regime de previdência social público ou privado.

**§ 1º** Para cadastramento e atualização de cadastro dos usuários que se enquadrem nos incisos I e II do art. 4º, o prestador não poderá exigir documentos diversos dos

constantes no caput deste artigo.

**§ 2º** Para cadastramento e atualização de cadastro dos usuários que se enquadrem no inciso III do art. 4º, o usuário deverá apresentar documento oficial de identificação do responsável familiar e um dos seguintes documentos:

**I** - documento validado pela instituição gestora (órgãos governamentais) comprovando que o imóvel tenha sido construído no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, classificado como faixa 1, ou habitacional municipal, ou estadual ou comprove o direito de uso ;

**II** - contrato do imóvel classificado como Habitacional Popular - faixa 1, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis; ou

**III** - documento emitido por órgão público ou cartório de registro de imóveis que comprove o direito de uso do imóvel ou o direito de propriedade.

**§ 3º** Será cobrança indevida por parte do prestador que não realize o cadastro após a apresentação dos documentos citados neste artigo.

**Art. 10.** O prestador de serviços deverá efetivar o cadastramento do usuário na categoria Tarifa Social Pernambucana em até 60 (sessenta) dias corridos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, com justificativa ao usuário, contados da data de solicitação de cadastro pelo usuário, quando comprovado o atendimento aos critérios definidos nesta Resolução.

**§ 1º** A concessão do benefício da Tarifa Social Pernambucana será retroativa à data da solicitação de cadastro pelo usuário, devendo a diferença dos valores faturados na categoria Residencial ser compensada nos faturamentos seguintes.

**§ 2º** Caso o prestador não cumpra o prazo previsto no caput, a cobrança pela tarifa Residencial será considerada como indevida por parte do prestador, ocasionando a obrigação de restituição em dobro da quantia paga indevidamente.

**Art. 11.** A inclusão na Tarifa Social Pernambucana não poderá implicar ônus específicos ao usuário e não poderá ser condicionada:

**I** - ao pagamento por serviços adicionais ofertados pelo prestador;

**II** - à adimplência dos pagamentos das faturas pelo usuário; ou

**III** - à individualização de hidrômetros, em caso de economia residencial que integre imóvel caracterizado com mais de uma economia residencial.

## **CAPÍTULO V - DA GESTÃO DA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO**

**Art. 12.** A base de informações dos usuários elegíveis à Tarifa Social Pernambucana deverá ser atualizada trimestralmente pelo prestador com base no Cadastro Estadual de Famílias de Baixa Renda e Vulnerabilidade Socioeconômica.

**§1º** O prestador de serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deverá preservar e reter sigilo sobre a base de dados recebida, quanto as informações pessoais protegidas pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), indicando o responsável para o recebimento e preservação do sigilo das informações.

## **CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

**Art. 13.** A concessão do benefício da Tarifa Social Pernambucana e o faturamento da economia residencial, serão objetos de fiscalização pela ARPE.

**Art. 14.** O prestador de serviço deverá encaminhar à ARPE todas as atualizações do Procedimento Operacional Padrão (POP) referentes à aplicação da Tarifa Social Pernambucana.

**Art. 15.** O prestador de serviço deverá encaminhar à ARPE, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, para fins de monitoramento da Tarifa Social Pernambucana, os seguintes documentos:

**I** - relatórios mensais de faturamento da Tarifa Social Pernambucana; e

**II** - relatórios mensais de cadastramento de usuários na categoria Tarifa Social Pernambucana.

**Parágrafo único.** A ARPE poderá solicitar a qualquer momento a justificativa de exclusão do cadastramento de usuários na categoria Tarifa Social Pernambucana

**Art. 16.** O prestador do serviço deverá disponibilizar à ARPE o acesso às bases de informações atualizadas necessárias para operacionalizar o monitoramento e a fiscalização do benefício da Tarifa Social Pernambucana.

## **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 17.** A aplicação dos efeitos no faturamento de que trata o art. 5º da Resolução ARPE nº 289, de 26 de março de 2025, deverá atender ao critério de proporcionalidade (*pro rata temporis*).

**Parágrafo único.** No faturamento da Categoria Tarifa Social Pernambucana, para implantação do benefício, ficará facultado ao prestador de serviço aplicar ou não o critério de proporcionalidade (*pro rata temporis*).

**Art. 18.** O não cumprimento pelo prestador de serviço de qualquer obrigação prevista nesta Resolução estará sujeito a abertura de processo administrativo de que trata a Resolução ARPE nº 083, de 30 de julho de 2013, ou qualquer uma que vier à substituí-la.

**Art. 19.** As omissões, dúvidas e casos não previstos nesta Resolução serão decididos pela ARPE.

**Art. 20.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Recife, 25 de abril de 2025.

**LARA PINHEIRO DE MACEDO MONTARROYOS**

Diretora-Presidente em exercício

**FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA**

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

**ROBERTA ARAÚJO MACHADO**

Diretora de Regulação Técnico-Operacional



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Arthur Maranhao Tavares de Lima**, em 25/04/2025, às 15:08, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Machado**, em 25/04/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Pinheiro**, em 25/04/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **66056234** e o código CRC **CE17DEC7**.

## **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE PERNAMBUCO**

Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 975, - Bairro Aflitos, Recife/PE - CEP 52050-020,  
Telefone: